



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4342 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA DÉCIMA OITAVA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 06-06-2023.

Aos seis dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e três, às quatorze horas e quinze minutos, reuniu-se, na Sala de Reuniões nº 301, a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores Mauro Pinheiro, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo e Jonas Reis. Constatada a existência de quórum, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo, de imediato, aprovada a Ata Reunião anterior, tendo sido dispensada a sua leitura. A seguir, foram DISTRIBUÍDOS para parecer: ao vereador Giovani Culau e Coletivo, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 012/21 (Processo nº 0323/21) e o Projeto de Lei do Legislativo nº 057/23 (Processo nº 0116/23); e ao vereador Jonas Reis, o Projeto de Lei do Legislativo nº 346/21 (Processo nº 0829/21). Em prosseguimento, foram REDISTRIBUÍDOS para parecer: ao vereador Gilson Padeiro, o Projeto de Resolução nº 005/23 (Processo nº 0018/23); ao vereador Giovane Byl, o Projeto de Lei do Legislativo nº 015/23 (Processo nº 0039/23); ao vereador Jonas Reis, a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Resolução nº 028/23 (Processo nº 0249/23); e ao vereador Mauro Pinheiro, o Projeto de Lei do Legislativo nº 295/22 (Processo nº 0586/22). Registra-se que foram APROVADOS, de acordo com os §§ 4º e 5º do artigo 42 do Regimento, os seguintes Pareceres: no dia trinta e um de maio do corrente, nº 148/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 234/22 – Processo nº 0452/22), de autoria do vereador Gilson Padeiro; e no dia seis de junho do corrente, nº 149/23 (Projeto de Resolução nº 031/23 – Processo nº 0260/23), de autoria do vereador Gilson Padeiro. Na ocasião, o senhor Presidente prestou esclarecimentos sobre a presente reunião, destinada a debater compras e estoques de materiais da Educação, e registrou a presença dos senhores Cássio Trogildo, Secretário Municipal de Governança Local e Coordenação Política – SMGOV; Bruno Caldas, Secretário Municipal Adjunto de Planejamento e Assuntos Estratégicos; Sônia Maria Oliveira da Rosa, Secretária Municipal de Educação – SMED; Roberto José Costa Mota Junior, Procurador da Procuradoria-Geral do Município – PGM; e Claudio Franzen, Secretário Adjunto da SMED. Após, o senhor Presidente concedeu a palavra à senhora Sônia Maria Oliveira da Rosa, que discorreu acerca de seus currículos acadêmico e profissional, uso responsável do recurso público pelo Executivo e dados indicadores da educação no Município em relação a outras cidades, a partir dos quais montou-se o plano de educação para o Município de Porto Alegre. Em continuidade, a senhora Sônia Maria Oliveira da Rosa procedeu à apresentação de eslaides, por meio de projeção de imagens, sobre estratégia de propostas proativas para o Município, feitas a partir de dados educacionais e orçamentários. Explicou as quatro diretrizes adotadas para transformação da educação municipal, as quais abrangem investimento em inclusão digital, atualização do conteúdo pedagógico, melhorias na infraestrutura escolar e reforço na segurança de alunos, professores e funcionários de escolas. Detalhou e comentou aquisições de materiais, equipamentos e recursos tecnológicos para utilização em escolas, qualificação de seus professores e articuladores de inovação, ampliação de vagas para alunos, ampliação do número de obras em escolas, de servidores para a educação e de ações de prevenção à violência. Ainda, exigiu que a sua história fosse respeitada. A vereadora Cláudia Araújo elogiou a apresentação e o trabalho da SMED e expressou dúvida quanto às razões de críticas de vereadores à Secretaria. O vereador Giovane Byl comentou o alto custo da tecnologia, as consequências de manifestações fora de contexto, elogiou a transparência e a competência da SMED e declarou ter certeza de que tudo vai ser esclarecido no seu tempo. A vereadora Fernanda Barth elogiou o desempenho da SMED, no corrente e no ano em que presidiu esta Comissão, contradição informação sobre decisão do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul – TCE-RS – acerca de aquisições e contratos dos recursos tecnológicos para escolas e declarou não entender razões para um partido político votar contrariamente a projeto de educação digital. Ainda, abordou os benefícios decorrentes de investimentos em tecnologia e as consequências de denúncias caluniosas ocorridas na data anterior. A vereadora Mari Pimentel relatou problemas nas instalações de escolas do Município, questionou a PGM sobre parecer negativo para aquisição de “kits” de robótica educacional, os quais teriam sido adquiridos por preços excessivos, e indagou sobre compras e contratos realizados sem licitação, pelo Município. O vereador Pablo Melo parabenizou o vereador Idenir Cecchim pela proposição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI – para tratar da educação municipal, elogiou o currículo da senhora Sônia Maria Oliveira da Rosa e externou expectativa de esclarecimento dos dados que envolvem a SMED e de esclarecimento das alianças envolvendo vereadores. Questionou benefícios dos novos materiais pedagógicos proporcionados aos alunos da rede municipal de ensino e solicitou explicação da SMED sobre licitações em outros locais do País, as quais foram acompanhadas pela Secretaria. O vereador Tiago Albrecht historiou o processo de obtenção de assinaturas para a CPI mencionada, explicou concepções e divergências ideológicas e políticas e salientou a possibilidade de esclarecimentos de denúncias por meios alternativos aos de uma CPI. Também elucidou razões de ter assinado dois requerimentos de CPI. O vereador Giovani Culau e Coletivo notou haver consenso entre vereadores divergentes, sobre a necessidade de investigação de investimentos e aquisições feitos para a SMED, questionou o Executivo sobre: compras a preços excessivos de computadores portáteis, aquisição de materiais didáticos sem licitação e outros problemas logísticos para uso de equipamentos e materiais. O vereador Prof. Alex Fraga considerou incomum a quantidade de vereadores que compareceram à presente Reunião, elencou razões para concluir que pode haver problemas na gestão do Executivo, citando exemplos destes, constatados em escolas e em documentos de compras públicas. Externou dúvidas quanto a investigações a serem realizadas no

Executivo por aliados do senhor Prefeito Municipal e dirigiu manifestações favoráveis à liderança da vereadora Mari Pimentel nas apurações das denúncias mencionadas. O vereador Jessé Sangalli reiterou pronunciamentos sobre problemas de má gestão em escolas municipais e defendeu maior autonomia para diretores de escola e descentralização da gestão da educação. O vereador Jonas Reis abordou a falta de recursos humanos e de reformas nas dependências de escolas municipais, criticou prioridades do Executivo, a falta de organização para compras e estoques de materiais e equipamentos, questionando razões para compras envolvendo a soma de setenta milhões de reais sem licitação. O senhor Roberto José Costa Mota Junior esclareceu a posição e funções da PGM, no organograma do Município, e algumas leis em vigor sobre compras públicas e contratações diretas. Alegou que a dispensa de licitações pode se dar em razão do princípio da eficiência e que a PGM é um órgão técnico que afere a legalidade dos atos públicos. A senhora Sônia Maria Oliveira da Rosa teceu considerações sobre a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, respondeu questionamentos e manifestações dos vereadores e comentou competências dos órgãos e entidades envolvidos nas aquisições dos materiais pedagógicos e esportivos. Manifestaram-se também o vereador Idenir Cecchim, as senhoras Isabel Medeiros, diretora da Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre, Mariane Jeckel, da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, e o senhor Cássio Trogildo. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às dezesseis horas e cinquenta minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente, vereador Mauro Pinheiro.



Documento assinado eletronicamente por **Mauro Roberto Pinheiro, Vereador**, em 04/07/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0569707** e o código CRC **1247BE8B**.